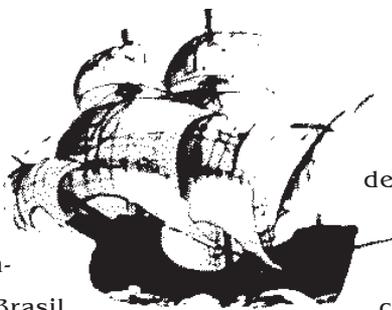


Rápido passeio por outros arquivos portugueses

O conhecedor *in loco* dos arquivos portugueses de interesse para a história do Brasil

que folhear as outras páginas deste número de *Acervo*, ou mesmo passar uma vista d'olhos sobre o sumário, dirá que, no essencial, as instituições e, por extensão, os fundos documentais a serem contatados ali se encontram referidos e apresentados.

Verdade? Não, meia verdade. A noção mais elementar que o candidato às lides arquivísticas na nossa ex-metrópole talvez tenha é a de que os dois principais arquivos surgem sempre com natural e justificável exuberância. Mesmo para os não-iniciados é indubitável que, pela or-



dem, o Arquivo Histórico Ultramarino e os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, com diferentes organizações

de acervos e com distintas condições de acesso e de trabalho, perfilam-se como o 'núcleo duro' do objeto-tema deste número da revista do Arquivo Nacional.

Uma avaliação menos apressada - ou pouco mais rigorosa - exigiria, de imediato, a inclusão dos fundos arquivísticos integrados à Biblioteca Nacional de Lisboa. Observação e reparo irrefutáveis, se quisermos nos ater ao cabalístico número três e a ele nos circunscrevermos, quando da realização de pesquisas documentais em plagas lusitanas. A rigor, o Ultramarino, a Torre do Tombo e a Biblioteca

Nacional, para adotar a terminologia coloquial dos seus consulentes, formam o triângulo básico de trabalho para os interessados no estudo da história brasileira colonial.

Porque assim é ou, pelo menos, porque é assim que temos observado serem a prática e o exercício da atividade investigatória nos arquivos de Portugal, e porque apenas a última das três instituições referidas não estampa nesta revista as fecundas potencialidades que os seus fundos documentais oferecem, começemos por apresentar uma idéia, ainda que pálida, de seus acervos concernentes à história do Brasil.

Os manuscritos de nosso interesse - avulsos ou sob a forma de códices - encontram-se armazenados na Divisão dos Reservados da Biblioteca, em Campo Grande. Ali, sem prejuízo da lenta consulta aos 'ficheiros' dos chamados *Manuscritos avulsos*, as nossas atenções justificadamente convergem para a pesquisa na coleção *Pombalina* e no núcleo dos *Códices*.

A *Pombalina*, composta por 758 códices, provém da compra feita pelo Estado português, em fins do século passado, aos herdeiros do primeiro marquês de Pombal. Apesar das aparências, nela não se encontram fontes apenas respeitantes ao período de governação do marquês, ao arquivo pessoal dele, mas também documentos balizados cronologicamente entre os séculos XV e XIX.

É natural, porém, que o fulcro desse

acervo sejam os documentos produzidos na segunda metade do setecentos, sobretudo entre 1750 e 1777, estendendo-se ainda aos anos que medeiam da queda do célebre ministro ao momento de sua morte.

Do precioso fundo se fez circunstanciado inventário, no ano seguinte à incorporação daquela massa documental à Biblioteca Nacional. Nele, em 1889, José Antônio Muniz descreveu o conteúdo de cada um dos códices, complementando-o com a elaboração de dois índices: um de assuntos (p. 1-122) e outro onomástico (p. 123-143).

Não é o caso aqui de apontar a tão variada gama de assuntos sobre os quais versam aqueles documentos. Cremos, no entanto, que, para ficar em um ou dois exemplos de grande impacto para o estudo da realidade do Brasil colonial, o conjunto de documentos relativos aos jesuítas e, intimamente a eles respeitantes, os que se referem à governação de Francisco Xavier Furtado de Mendonça na Amazônia. A ter em conta também um considerável acervo de leis, decretos, alvarás, ofícios e ordens régias, sobretudo do século XVIII, subordinados às chamadas 'coleção Josefina' e 'coleção de d. Maria I'.

Quanto aos códices (anteriormente designados Fundo Geral de Manuscritos: Códices ou Fundo Geral: Códices), cujo número supera a casa de 13 mil volumes documentais, sua consulta só se pode efetuar *in loco*, através de fichas exis-

tentes em gavetas de móveis de madeira localizadas na sala de leitura da Divisão dos Reservados em causa.

Se, na nossa 'peregrinação', ficássemos circunscritos aos três mencionados arquivos, por certo que, repita-se, teríamos tido acesso à parte mais substantiva - quantitativa e qualitativamente falando - da documentação manuscrita respeitante ao Brasil colonial depositada em instituições culturais portuguesas.

Assim procedendo, no entanto, estaríamos deixando de lado um alentado universo de fontes, independentemente do que ora nos é apresentado como existente nos arquivos históricos da Casa da Moeda e do Tribunal de Contas, em Lisboa, no Arquivo Distrital de Braga e na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Mais. Estaríamos repetindo e, com isso, reafirmando o comportamento típico que, *grosso modo*, é (ou era?) perpetrado pelo pesquisador de que falamos: o de confinar seus trabalhos de investigação aos principais arquivos públicos de Lisboa e, permitam-nos menção forte a um corolário dessa atitude: o de convergir suas consultas e apontamentos para a documentação que respeita a seus temas-objetos de tese ou de dissertação acadêmicas. Com isso, se a historiografia brasileira, mormente aquela que é produzida nos cursos de pós-graduação de dentro ou de fora do país, tem sido inquestionavelmente enriquecida por trabalhos - alguns exaustivos e definitivos - de garimpagem arquivística sobre deter-

minados temas nas instituições portuguesas, por outro lado, muito pouco se vinha fazendo no sentido de dar conhecimento a um público mais amplo dos ricos recheios documentais depositados em Portugal relativos à nossa história.

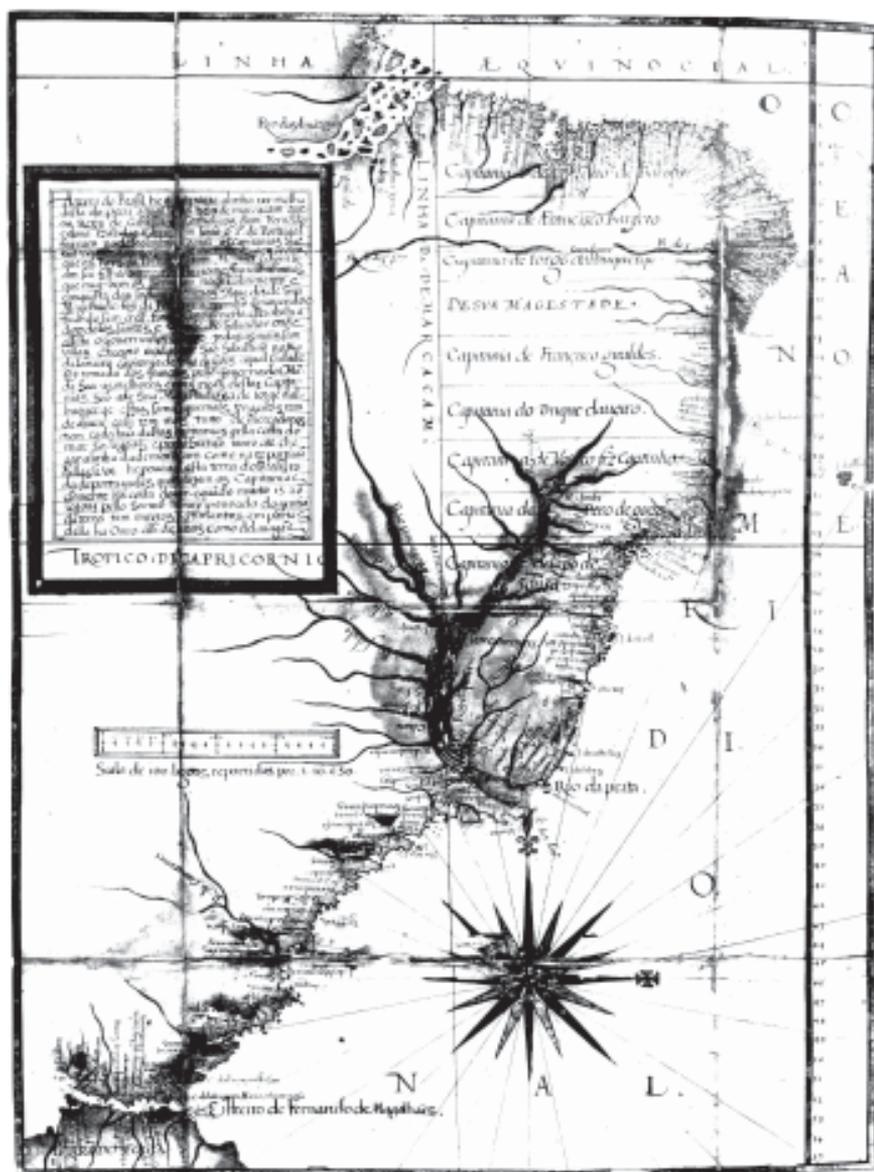
É óbvio que a mera consulta às referências documentais e bibliográficas veiculadas nas páginas finais dos referidos trabalhos acadêmicos dá-nos uma noção desse manancial de fontes. Todavia, nada que se possa comparar com a ostensiva (por que não dizer cívica?) política de identificação e reprodução dos documentos relativos à história do Brasil depositados em Portugal, desenvolvida no século passado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que vem sendo ultimamente implementada pela meritória ação do Projeto Resgate, capitaneado pelo Ministério da Cultura do Brasil.

Retornemos ao vetor que deve orientar este artigo para assinalar, mesmo tardia e talvez desnecessariamente, que o escopo básico dos acervos documentais sob análise é de natureza político-administrativa, reduz-se (quase que) exclusivamente ao período colonial de nosso país, trata de temas de interesse coletivo (razão pela qual investigações de vertente genealógica, por exemplo, não são aqui tidas como prioritárias) e se volta, mesmo não fetichizando-o, para o documento escrito. Com isso, essas nossas achesgas não atenderão em pleno aos interesses, por exemplo, dos pesquisadores em história das artes plásticas e da arquite-

tura. Ademais, não buscamos identificar e sequer mencionar os valiosos arquivos notariais, eclesiásticos e mesmos os municipais, exceto quando os mesmos, não de maneira esparsa ou atomizada, têm núcleos ou fundos reunindo documentos sobre o Brasil.

Ressalvas feitas, cumpre então visitar alguns outros acervos arquivísticos concernentes à história brasileira. Em Lisboa, logo avulta o da Biblioteca da Ajuda, localizado na ala norte da parte térrea do Palácio Nacional homônimo.

Ali a documentação relativa ao nosso país



Mapa do Brasil com as divisões em capitánias. Roteiro de todos os sinais (...) que há na costa do Brasil de Luís Teixeira. c. 1586. Lisboa, Biblioteca da Ajuda.

já se encontra praticamente anunciada graças ao denodado esforço de Carlos Alberto Ferreira, que fez publicar em 1946 o seu volumoso *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, obra para a qual o autor preparou um índice, impresso à parte pelo Arquivo Nacional do Brasil, em 1968.

Esses dois instrumentos de trabalho, conquanto tenham sido divulgados há décadas, e mesmo sendo de extrema utilidade, não dispensam a consulta das tabelas de conversão de parte das cotas pelas quais estão referidas nas duas obras.

Além disso, nem todas as fontes de interesse direto para a história brasileira estão identificadas. Tudo indica que o maior volume dessas fontes já tenha sido objeto de divulgação. Contudo, um exaustivo inventário de 'documentos avulsos' vem sendo elaborado pelos técnicos especializados daquela biblioteca, já há alguns anos. É aguardar para conhecer, dimensionar e debruçar-se sobre este acervo complementar.

De toda forma, como se vê, a consulta à Ajuda (novamente a linguagem coloquial) é ponto de nossa passagem - e passagem - obrigatória. Sem falar do riquíssimo acervo bibliográfico ali existente, e só para mencionar um fundo muito solicitado, aponte-se a não menos rica coleção *Jesuítas na Ásia*, imprescindível para, no mínimo, as desejadas análises comparativas entre a atuação dos inacianos no Oriente e no Brasil.

Aliás, se, como lembrou definitivamente Capistrano de Abreu, a história do Brasil colonial não estará realizada enquanto não tiver o domínio da história da atuação da Companhia de Jesus entre nós, até, pelo menos, 1759, ano de sua extinção, cumpriria referir, para além de todas as instituições acima aludidas, a biblioteca da *Revista Brotéria*, em Lisboa, e o Arquivo Distrital e Biblioteca Municipal de Évora.

Ainda na capital portuguesa, assinale-se a existência de um repositório documental pouco ou quase nada consultado pelos pesquisadores aqui abordados: o Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na realidade, este especializado arquivo foi desmembrado e está fisicamente instalado em dois locais distintos: o fundo relativo ao período anterior a 1850 integra o acervo dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; o da fase posterior até a atualidade encontra-se muito bem cuidado no edifício-sede daquele ministério, o Palácio das Necessidades.

Da primeira parte do fundo, cujo inventário completo, elaborado pela renomada arquivista Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, foi publicado em 1990 pela Torre do Tombo, poderíamos destacar, para o objeto sob análise, a correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros com a Legação de Portugal no Brasil, entre 1826 e 1842, bem como os despachos do ministério para o consulado português no Rio de Janeiro. Sem esquecer

que, tendo origem na documentação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada em 1736, este fundo abrange também fontes de natureza diplomática referentes ao período de permanência da família real e da administração portuguesa no Brasil, de 1808 a 1822.

Isto, evidentemente, para não mencionar a documentação pós-1850, que ainda aguarda o seu analista e um historiador que praticamente ponha fim à virgindade com a qual o citado fundo se apresenta. Em suma, é mais do que passada a hora de sairmos do terreno da retórica e levarmos a decantada fraternidade luso-brasileira a gerar uma produção historiográfica minimamente satisfatória.

Continuando em Lisboa, ainda tendo como referência a tônica mítica, já é também hora de os nossos pesquisadores cessarem de repetir lugares-comuns em nada condizentes com a verdade. Por exemplo, é mister ir ao encontro das fontes sobre o Brasil existentes no Arquivo da Alfândega de Lisboa, onde, nos núcleos 54 e 115 (pelo menos) em três volumes e em 18 códices, respectivamente, inserem-se documentos referentes à Casa da Índia, entre 1519 e 1759, e provenientes da Alfândega Grande do Açúcar, compilados na segunda metade do século XVIII.

Em outras palavras, é preciso romper com a falsa suposição de que o terremoto de 1º de novembro de 1755 e seus desdobramentos deram cabo da totalidade

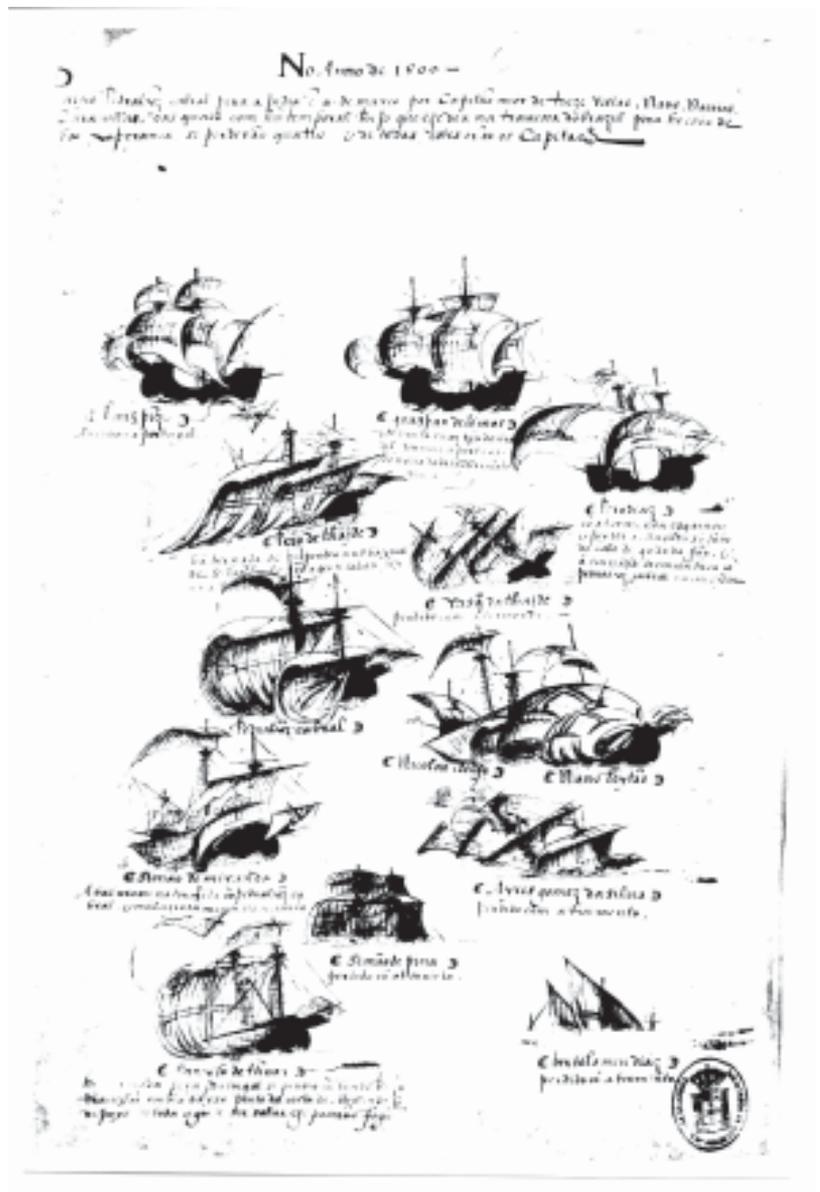
dos documentos então armazenados em instituições da orla ribeirinha do Tejo.

A propósito, se o interesse do pesquisador estiver voltado para o movimento do comércio marítimo entre a metrópole e o Brasil, mesmo no período anterior ao dito terremoto, caberia lembrar a existência de outra parte residual dos arquivos da Alfândega de Lisboa que foi transferida para a Torre do Tombo, onde hoje pode ser compulsada. A declarar também, e para ficar nesta ampla e fecunda temática, que o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa dispõe de uma notável coleção intitulada *Marco de navios*, onde, somente no que tange ao comércio e à movimentação de embarcações chegadas do Brasil a Lisboa ou daí saídas rumo ao nosso país, sobretudo para o período entre 1772 e 1839, há cerca de cem preciosos códices contendo elementos informativos seja da entrada dos navios, da proveniência e discriminação da carga, seja dos livros de receita e despesas do direito de entrada cobrados pela Casa dos Marcos. É importante não esquecer que o arquivo histórico da Casa da Moeda de Lisboa, objeto de artigo nesta revista, tem sob sua guarda um conjunto verdadeiramente espetacular, com abrangência cronológica muito mais elástica, de livros-códices e maços de documentos que são afins e/ou complementares aos que se acaba de aludir.

A ênfase (talvez exagerada) que vimos conferindo aos documentos escritos de

natureza político-administrativa e econômica não pode e não deve deixar de lado o registro, mesmo que fugaz, de documentos de outra espécie, como sejam, por exemplo, os cartográficos.

Com efeito, a assinalada convergência de atenções para a trindade formada pela Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e Ultramarino, por vezes, leva os pesquisadores a somente nela busca-



Armada de Pedro Álvares Cabral. Memória das armadas. c. 1568. Academia das Ciências de Lisboa.

rem fontes cartográficas. Diga-se de passagem que não é pequeno o número de consulentes daquelas instituições que desconhecem o conjunto de mapas, traçados, plantas e planos que aqueles arquivos possuem.

Por conseguinte, no geral, há muito o que apurar, em matéria cartográfica, fora do citado eixo. Só em Lisboa, sem esquecer o excelente acervo de mapas e plantas pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e para não mencionar novamente o Arquivo Distrital e a Biblioteca Municipal de Évora, há, pelo menos, outros quatro excelentes núcleos de fontes cartográficas respeitantes (não só) ao Brasil: o da Sociedade de Geografia de Lisboa, o da Academia das Ciências de Lisboa, o do Arquivo Histórico Militar e o do pouco conhecido, mas primoroso, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

Da Sociedade de Geografia, não caberia lembrar só aquele setor, não obstante ser ele composto de boas e bem conservadas peças cartográficas. No Setor dos Reservados pode-se consultar bem fornidos fundos documentais, já catalogados, de que nos dão conhecimento dois ou três artigos de autoria de Rosalina Silva Cunha, publicados no *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* e no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*.

Idêntico comportamento se deve ter relativamente à Academia de Ciências. Majoritariamente procurada devido ao seu

rico acervo de *memórias* e documentos econômicos e científicos produzidos à época da fase inicial de sua existência, lá se encontra também uma importante documentação cartográfica. Quanto às fontes relativas ao Brasil, consulte-se o levantamento realizado por Júlio Caio Veloso, publicado nos números 19 a 23 (março a dezembro de 1990) da *Revista ICALP*.

Isto sem falar na bem nutrida coleção de legislação portuguesa - manuscrita e impressa - que abrange e abriga, em 43 robustos volumes, documentos administrativos de caráter jurídico-legal desde o século IX até 1836, compilada no século passado por Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato. A nosso ver é uma falha grave do pesquisador pressupor que a simples consulta às Ordenações do Reino ou às coleções de leis como as publicadas por Antônio Delgado da Silva ou por José Justiniano de Andrade e Silva ou, ainda, que a consulta aleatória a esse tipo de documento no interior dos fundos arquivísticos resulte satisfatória ou suficiente. Por conseguinte, não obstante sua falta de organicidade, a coleção Aragão Morato merece ser lembrada não apenas para a finalidade básica a que se destina, como também para complementar (e, por vezes, substituir) documentos avulsos de outros acervos arquivísticos sobre a história de Portugal e de suas ex-colônias. Ressalve-se que, sob a chancela de *legislação*, há fontes fundantes e prioritárias para o bom entendimento das

formas organizacionais e do funcionamento das estruturas administrativas do nosso passado colonial, inclusive porque no seu interior multiplicam-se documentos da rotina e do cotidiano da administração pública de então, como sejam, dentre outros, os decretos, os alvarás, as cartas régias e as provisões.

A propósito de legislação, registre-se, mesmo que elas não tenham a qualidade do conjunto acima referido, as coleções 'Josefina' e de 'd. Maria I', do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, reunidas e anotadas por Alberto Rodrigues Vale, e integrantes da coleção Pombalina, onde podem ser encontradas, respectivamente, pelos volumes de número 453 a 460 e de 461 a 468.

Sobre o Arquivo Histórico Militar, além da citada documentação cartográfica (da qual pode-se ter uma informação através de relações constantes dos volumes 43 e 48 do *Boletim* daquela instituição), anunciem-se fontes outras para o conhecimento, por exemplo, das tropas, do arsenal do exército e das instalações militares no Rio de Janeiro das importantes primeiras décadas do século XIX; do plano de defesa da ilha de Santa Catarina, bem como de documentos referentes a individualidades de significativo impacto na realidade colonial - André Vidal de Negreiros, Joaquim Silvério dos Reis e José Bonifácio de Andrade e Silva -, além de documentos sobre a colonização suíça no Rio de Janeiro e, mais alentada-

mente, sobre a Colônia do Sacramento.

O Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, criado na década de 1960, destinava-se a "estudos de fortificações e das obras militares", sem contar evidentemente com análises relativas à arma da engenharia do exército português. Sem manter qualquer vínculo com o Arquivo Histórico Militar e nem sendo-lhe necessariamente complementar, do Gabinete, pode-se dizer que sua riqueza documental está na razão inversa da sua consulta, o que é de se lamentar. Em seu acervo, cuidadosamente preservado, encontram-se, em significativa quantidade, desenhos e plantas de fortificações, de instalações militares, de cartografia, de hidrografia, dos portos e da urbanização no Brasil colonial. Em suma, para o gênero, é precioso e merece ser melhor conhecido e explorado.

Antes de deixarmos Lisboa em definitivo, abramos um parêntese para falar sobre a existência de numerosos acervos documentais de posse de herdeiros de casas senhoriais do período de que nos ocupamos e que, com diferentes ênfases, tiveram ancestrais relacionados diretamente com a colônia portuguesa da América do Sul.

Ocioso discutir a origem e a legitimidade de grande parte desses arquivos ou de, pelo menos, uma fatia considerável de seus núcleos documentais. Embora ética e legalmente os documentos produzidos ou recebidos durante o exercício de fun-

ções públicas não sejam de propriedade particular de seus titulares, ainda assim não será apenas nos arquivos públicos ou oficiais que se deverá buscar esse tipo de fontes. Elas poderão ser encontradas também - e, dependendo do período do tema ou do assunto que se procure - em arquivos privados. Claro está que nem tudo o que se encontra nestes últimos são documentos de domínio público ou que, pelo menos, não possam ser objeto de discussão em torno de sua privacidade ou não. Aliás, são tênues os limites que, também nessa matéria, separam o público do privado.

Desse gênero de arquivos, pode-se aqui referir aos das casas de Castelo Melhor, de Fronteira e Alorna, de Cadaval, de Palmela, dos condes das Galveias, da Ínsua e de Mateus, as duas últimas tendo os documentos armazenados em suas respectivas sedes, em Penalva do Castelo (na Beira Alta) e em Vila Real (em Trás-os-Montes).

E com os arquivos da *província* encerramos nossa rápida vilegiatura. Em outra oportunidade, talvez devêssemos dar uma atenção maior ao acervo documental relativo ao Brasil encontrado em Évora, na Biblioteca Pública local. Através da leitura do catálogo preparado por J. H. da Cunha Rívora, contentemo-nos por ora em perceber a sua riqueza e lamentar a pouca pesquisa que nele se fez até agora.

Ao norte de Lisboa, uma parada prolongada é exigida em Coimbra, onde, para além da consulta à Seção de Manuscritos

da Biblioteca Geral da Universidade, sob a orientação inicial mas insuficiente do *Catálogo de manuscritos* relativos ao Brasil, preparado e publicado em 1941 por Francisco Moraes, dirigir-nos-emos ao arquivo da Universidade. Lá, como se não bastasse o amplo universo de dados biográficos referentes a estudantes e professores brasileiros que durante todos os séculos de nossa história vincularam-se àquela sete vezes centenária instituição, valerá a pena dar um mergulho em força nos trinta e nove códices constituintes da coleção conde dos Arcos.

Na 'Invicta cidade', isto é, no Porto, colocamos ponto final no passeio. Como o acervo de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal já foi suficiente e amplamente apresentado, talvez valesse a pena chamar a atenção para uma tendência que parece hoje esboçar-se na capital nortenha: a de realização de pesquisas e trabalhos científicos sobre a história do Brasil lastreados em arquivos de empresas comerciais e em arquivos municipais. Dois exemplos dessa possível tendência devem ser referenciados, quando nada porque, além de sua originalidade, rompem com uma tradição mais do que secular de supor que, em Portugal, o que se deve buscar para melhor compreender a história brasileira são principalmente fontes de natureza político-administrativa e econômica, entendendo-se esta apenas quando se acha sob a égide do Estado absolutista.

Os exemplos de pesquisas inovadoras são

as desenvolvidas pelos professores Eugénio dos Santos e Jorge Fernandes Alves, dos quadros da Universidade do Porto. A menção do primeiro prende-se às investigações que pessoalmente e pelo grupo que coordena têm sido levadas a efeito através de numerosos copiadores de correspondência de uma casa comercial pertencente à família Pinto de Miranda que, no século XVIII, com matriz na metrópole, ramificou-se pelo Brasil, tendo negócios em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e sul da Colônia. A menção a Jorge Alves é devida pelo seu meritório e pachorrento trabalho de compilação e análise de registros de passaportes, testamentos, listas nominativas e biografias que lhe permitiram reconstituir o fluxo migratório legal do Porto para o Brasil no século XIX.

Nesse sentido, e sobre tema tão alician-
te, a sua obra *Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista* (Porto, s. ed., 1994) impõe-se como fonte de consulta indispensável.

Temas, fontes e pesquisas sobre história de empresas, que é também história social, como o é também a história demográfica. Repito: são exemplos de descobertas e de análise de fontes históricas até então pouco conhecidas e/ou exploradas. Com estas ou com as 'tradiccionais', com as de Lisboa ou com as da província, o que importa é termos a mais simples das posturas: sem abdicar da consulta aos núcleos documentais inevitavelmente recorrentes, abramo-nos para a busca permanente e para o conhecimento de novos (quem sabe inéditos) acervos documentais.



Coimbra e a sua famosa universidade.

A B S T R A C T

Taking into account the fact that six Portuguese archives are reviewed in the pages of this journal, the text seeks to identify additional collections of documents to be found in archives and libraries of Lisbon and others cities of Portugal, having a connection with Brazil's history. It also mentions other little know or unexplored sources of historiographic material for possible scrutiny.

R É S U M É

Six des institutions archivistiques portugaises étant déjà décrites dans ce numéro, ce texte essaye d'identifier d'autres documents présentant un intérêt pour l'histoire du Brésil, qui se trouvent dans les archives et bibliothèques de Lisbonne et dans autres villes du Portugal. On éveille l'attention sur les possibilités historiographiques de ces sources peu connues ou peu exploitées.